



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Acões do Ministério Público

Processo n.: 932820 Natureza: Denúncia

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Ipatinga

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Cuidam os autos de Denúncia subscrita pela sociedade empresarial C3 COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n. 13.092.470/0001-74, em face de supostas irregularidades encontradas no Edital de Pregão Presencial n. 012/2014, por meio do Registro de Preços e na Dispensa de Licitação n. 062/2014, promovido pela Prefeitura Municipal de Ipatinga, para a aquisição futura de produtos hortifrutigranjeiros.

Consoante Acórdão prolatado na sessão de 19/2/2019 (f. 296/296v), a Primeira Câmara: I) julgou parcialmente procedente a denúncia; II) aplicou multa individual no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) à pregoeira, Sra. Luzalva Dias Soares, e à Secretária Municipal de Educação, Sra. Leida Alves Tavares, à época.

A decisão transitou em julgado em 15/5/2019, conforme certificado à f.305.

À vista do pagamento voluntário do débito pela devedora Luzalva Dias Soares, foi emitida a Certidão de Quitação n. 495/2019 (f. 320v).

Em face da ausência de recolhimento voluntário do débito pela devedora Leida Alves Tavares, foi emitida a Certidão de Débito n. 687/2019 (f. 321/321v), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, vieram a este Órgão Ministerial, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP 932820M1877encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 10, I e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2020.

Kátia Guimarães Barreto Barcellos

Coordenadora de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas ¹ (Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

_

¹ Portaria n. 08/2015, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 11/09/2015.